

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

ANA LÚCIA SIMÕES MUNIZ

**IMPLEMENTAÇÃO DA SALA VERDE PARA PROMOVER A
EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2015

ANA LÚCIA SIMÕES MUNIZ



**IMPLEMENTAÇÃO DA SALA VERDE PARA PROMOVER A
EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios – Polo UAB do Município de MATA DE SÃO JOÃO, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a. Larissa de Bortolli Chiamolera Sabbi.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2015



TERMO DE APROVAÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO DA SALA VERDE PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Por

ANA LÚCIA SIMÕES MUNIZ

Esta monografia foi apresentada às 15:00 h do dia 28 **de novembro de 2015** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – Pólo de Mata de São João, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Dra. Larissa de Bortoli Chiamolera Sabbi
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Dr. Marlene Magnoni Bortoli
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Ma. Eliane Rodrigues dos Santos Gomes
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-

Dedico a Maria Nilza Simões Proença, minha amada mãe, nascida em 05 de junho,
dia do meio ambiente, a meu querido pai Antonio Carlos Muniz, a Juliana Simões,
minha filha, nascida em 22 de março, dia da água.

AGRADECIMENTOS

O Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Dra. Larissa De Bortolli Chiamolera Sabbi pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação, especialmente a Yuka Manuela, tutora presencial, pela motivação e apoio.

Aos meus colegas de trabalho, ao corpo docente e discente do SENAI, aos meus amigos Rodrigo Lopes e Daniel Musse, por toda atenção e gentileza.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Só existem duas formas de viver a sua vida;
a primeira é pensando que o milagre não
existe; a outra é pensando que tudo é milagre”.
(ALBERT EINSTEIN)

RESUMO

MUNIZ, Ana Lúcia Simões. Implementação da Sala Verde para Promover a Educação Socioambiental. 2015. 42 páginas. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015.

Este trabalho teve como temática a educação ambiental e a sustentabilidade, ressaltando o compromisso moderno no qual a sociedade deve atuar na construção de seu próprio futuro. A crise ambiental enfrentada pela sociedade contemporânea provocou o interesse pelas questões ambientais e nas últimas décadas, a humanidade vem tomando consciência de que todos são responsáveis pelo cuidado com o planeta e com seus habitantes. É hora de mudar de atitude, e tudo começa a partir de investimentos em educação ambiental. Pessoas educadas ecologicamente vão desenvolver um compromisso com o planeta, diminuindo o consumo e conseqüentemente minimizando os impactos ambientais e sociais causados pela geração de resíduos, por exemplo. Utilizar a educação ambiental como ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável, é fundamental no processo de humanização e formação de cidadãos conscientes da própria existência. A metodologia utilizada na construção desta monografia foi um estudo de revisão de literatura sobre o tema, e pesquisa de campo com o corpo docente, discente, colaboradores e comunidade presentes no SENAI/Lauro de Freitas, visando a construção de conhecimentos para provocar mudanças comportamentais, facilmente visíveis nos indivíduos, com o objetivo de desenvolver novos rumos e direções sociais, ambientais e econômicas no uso sustentável do planeta. A participação dos estudantes e professores foi bastante significativa e gerou um comprometimento coletivo, com as questões ambientais e sociais, presentes no cotidiano dos envolvidos. As atividades desenvolvidas na Sala Verde contribuíram para obter informações que geralmente não estão disponíveis nas fontes convencionais, vieram dos participantes das oficinas envolvidos no ambiente SENAI.

Palavras chaves: atitude; desenvolvimento sustentável; mudanças comportamentais.

ABSTRACT

MUNIZ, Ana Lúcia Simões. Implementation of the Green Room to Promote Environmental Education. 2015. 42 page. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015.

This work was subject to environmental education and sustainability, highlighting the modern commitment in which society must act to build their own future. The environmental crisis faced by contemporary society sparked interest in environmental issues in recent decades. Humanity is becoming aware that everyone is responsible for the care of the planet and its inhabitants. It's time to change your attitude, and everything starts from investments in environmental education. Ecologically educated people will develop a commitment to the planet by reducing consumption and therefore minimizing the environmental and social impacts of waste generation, for example. Use environmental education as a strategic tool for sustainable development; it is vital in the process of humanization and formation of citizens aware of their own existence. The methodology used in the construction of this monograph was a literature review study on the subject, and field research with faculty, students, employees and the community present in SENAI / Lauro de Freitas, aimed at building knowledge to cause behavioral changes, easily visible in individuals with the objective of developing new directions and directions social, environmental and economic sustainable use of the planet. The participation of students and teachers was very significant and generated a collective commitment with the environmental and social issues present in everyday life of those involved. The activities developed in the Green Room contributed to information that are generally not available in conventional sources, they came from the workshop participants involved in SENAI environment.

Keywords: attitude; sustainable development; behavioral changes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fachada do SENAI e colaboradores.....	28
Figura 2 – Modelo de questionário on line	29
Figura 3 – Participação dos estudantes e colaboradores.....	30
Figura 4 – Muro das Lamentações	31
Figura 5 – Árvore dos Sonhos.....	31
Figura 6 - Biblioteca do SENAI	32
Figura 7 – Sala Verde	32
Figura 8 - Gráfico 1 Frequência.....	33
Figura 9 – Gráfico 2 Público	33
Figura 10 – Gráfico 3 Faixa etária.....	34
Figura 11 – Gráfico 4 Importância da EA e da sustentabilidade.....	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3.1 LOCAL DA PESQUISA	27
4. RESULTADOS.....	30
5. DISCUSSÃO.....	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE(S).....	41

1. INTRODUÇÃO

O planeta Terra precisou de milhões e milhões de anos para sua formação até alcançar o equilíbrio da vida. A pressão sobre os recursos naturais vem causando grande degradação ambiental como: destruição dos ecossistemas, diminuição do poder de retenção das águas do solo. Produzindo então: erosão, desertificação, extinção, eutrofização (excesso de fósforo e/ou nitrogênio em rios e lagos), inundações e aquecimento global, contudo, a humanidade vem experimentando a perda do equilíbrio ambiental, acompanhada de outras perdas como: diversidade cultural, crescimento da violência e da injustiça social e econômica.

A crise ambiental enfrentada pela sociedade contemporânea despertou o interesse pelas questões ambientais nas últimas décadas. A humanidade precisa tomar consciência de que todos são responsáveis pelo cuidado com o planeta e com seus habitantes.

Será que é possível uma mudança de comportamento? É hora de mudar de atitude, e tudo começa a partir de investimentos em educação ambiental. Pessoas educadas ecologicamente vão desenvolver um compromisso com o planeta, diminuindo o consumo e, conseqüentemente, minimizando os impactos ambientais e sociais causados pela geração de resíduos, por exemplo.

Utilizar a educação ambiental como ferramenta para a sustentabilidade é necessário em todos os níveis e modalidades de ensino nos diversos aparelhos sociais. Esta monografia tem como premissa maior contribuir para o desenvolvimento de um compromisso democrático, solidário e ambientalmente adequado. Almeja estimular ações importantes, voltadas para a apropriação do conhecimento ecoambiental de todos os envolvidos, contribuindo desta forma para a formação de pessoas críticas, transformadoras e emancipadas.

O acelerado processo de exploração dos recursos naturais, em decorrência do intenso crescimento econômico, industrial, tecnológico e o total desprezo do meio ambiente natural somados ao descaso e a dificuldade dos gestores públicos de enfrentar a questão do ponto de vista socioeducacional despertaram a preocupação e inquietação para o desenvolvimento deste projeto.

As ações de sensibilização pública poderão ser realizadas através da implementação de salas verdes, ou seja, espaços definidos dentro de várias instituições sejam elas, públicas ou privadas em que serão promovidas interações socioambientais, estabelecendo parcerias e múltiplas ações democratizadoras com acesso e desenvolvimento de conhecimentos sustentáveis. Nesta monografia, apresento os resultados desenvolvidos com estudantes, professores e colaboradores do SENAI/Lauro de Freitas.

As atividades foram implementadas na primeira quinzena do mês de junho de 2015, proporcionando condições necessárias para que os cidadãos produzam, socializem e absorvam novas atitudes sustentáveis de tal forma que esses novos hábitos e conhecimentos incorporem na formação cultural de todos.

Qualquer ser humano que perceba que sua casa é o planeta Terra inicia um relacionamento amistoso com o meio ambiente. Quando as pessoas conscientizarem-se de que os recursos naturais podem ficar escassos, que o modo de produção deve deixar de ser linear para tornar-se cíclico, que a sustentabilidade movimenta a economia, aumenta os lucros e que a educação sustentável facilita a implementação das políticas públicas e o exercício da cidadania, a humanidade alcançará a sua verdadeira essência.

O Desenvolvimento Sustentável assume um papel estratégico para a sobrevivência da espécie humana, nessa nova era ambiental, culminando em uma metanóia, ou seja, uma mudança de mentalidade, buscando compatibilizar o desenvolvimento das atividades econômicas e sociais com as necessidades de preservação ambiental.

Proporcionar educação para sustentabilidade faz um grande bem coletivo. Dentro das instituições o projeto irá criar condições para estudantes, docentes e comunidade em geral produzirem e socializarem novas atitudes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conhecimento é a solução, por isso a educação ambiental é o caminho ideal com a garantia do desenvolvimento sustentável para disseminar as informações, desenvolver o conhecimento. Segundo a lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre educação ambiental institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Implementar ações e participar da construção de novas atitudes que acrescentem positivamente no bem estar de todos contribui também para a garantia de um futuro ambiental saudável para as próximas gerações. A figura 1 a seguir apresenta uma equação em que a soma dos valores éticos e morais humanos com a educação ambiental resulta em um planeta sustentável.



Figura - 1 Equação sustentável

Segundo Leroy (2010, p. 29), "é preciso também fazer a ponte entre a natureza, o planeta e a sociedade humana".

Essa ponte é construída através da educação, trata-se de um grande desafio social, devido às características socioeconômicas do país. Mas as possibilidades existem desde que as questões socioambientais sejam tratadas com responsabilidade e coletivamente (LEROY, 2010).

Reforçando a iniciativa da educação ambiental como saber comum de todos. Segundo o Ministério do Meio Ambiente a Agenda 21 (1992), pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, entende-se por Carta da Terra um conjunto de declarações de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. (MMA, 1998).

No Brasil a implementação da Agenda 21, deu-se no início de 1997, através da Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDSA21).

A CPDSA21 encaminhou a preparação da Agenda 21 brasileira. Cinco temas foram escolhidos: cidades sustentáveis, agricultura sustentável, infraestrutura e integração regional; gestão dos recursos naturais; redução das desigualdades sociais; ciência e tecnologia; desenvolvimento sustentável. (LEROY, 2010.p.108).

A implementação da Agenda ocorreu de forma muito tímida, houve iniciativas em diferentes localidades do país, sempre de forma muito lenta (LEROY, 2010).

A sala verde foi criada pelo Departamento de Educação do Ministério do Meio Ambiente, trata-se de um espaço interativo de informações socioambientais. Possui múltiplas potencialidades: sociais, ambientais, culturais e informacionais. Pode ser itinerante ou fixa sendo destinada para os setores públicos, privados e do terceiro setor. Objetivando o fomento da educação ambiental como um saber comum para todos (MMA, 2003).

A equipe coordenadora pode ser multidisciplinar e não necessariamente possuir o ensino superior, contudo faz-se necessário dos profissionais envolvidos possuírem perfis de educadores ambientais (MMA, 2003).

2.1 AS TERMINOLOGIAS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A Educação é um instrumento mediador para a conscientização da existência humana, podendo ser formal ou não formal. Ambiental, é tudo que está inserido no ambiente, a natureza e a sociedade com suas questões sociais, econômicas, políticas e culturais, e estão diretamente associadas ao exercício da democracia, fazendo com que as pessoas reflitam a respeito do interesse coletivo. Segundo a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a Lei da Educação Ambiental em seu artigo 2º:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999, p.1).

Já o Artigo 4º aborda sobre os princípios da educação ambiental

I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
[...] III – o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva, da inter, multi e transdisciplinaridade;
[...] V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
[...] VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, nacionais e globais (BRASIL, 1999, p.2).

A proposta é minimizar a aplicação do método de conhecimento monodisciplinar e utilizar estratégias de integração disciplinar para produzir conhecimento multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. As três formas permitem o envolvimento de mais de uma disciplina no processo de aprendizado. Na multidisciplinaridade não existe modificações na teoria nem na metodologia, não há integração dos resultados obtidos e busca soluções de problemas sem explorar a articulação. Na interdisciplinaridade é adotada uma perspectiva teórica e metodológica comum, promove a integração dos resultados e utiliza a articulação das disciplinas, para solucionar problemas. Já a transdisciplinaridade traz uma inovação no sistema de aprendizado, em que nenhum saber é mais importante que o outro, excluindo as fronteiras entre as disciplinas é a democracia cognitiva (PCNs, 2000).

O termo desenvolvimento é um pouco polêmico, pois foi o grande causador da degradação sócio-ambiental, com a intensa industrialização, criação de gado, exploração da madeira, e diversos outros seguimentos criados em prol do crescimento econômico, a grande questão do momento é continuar crescendo economicamente só que de maneira sustentável, mantendo o equilíbrio ambiental. O desenvolvimento sustentável está relacionado à qualidade e não a quantidade (ALMEIDA, 2012).

A expressão desenvolvimento sustentável foi utilizada pela primeira vez em 1983, na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente. A palavra sustentável origina-se do latim *sustentare* (sustentar, defender, favorecer, apoiar, conservar, cuidar). Pode ser também um desenvolvimento econômico com respeito e garantias ao meio ambiente, promovendo o bem estar social e garantindo a qualidade de vida das futuras gerações (ALMEIDA, 2012).

O Desenvolvimento Sustentável objetiva uma harmonização entre o crescimento da economia, a preservação ambiental, a justiça social, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos naturais. No Brasil, o processo de implementação de uma sociedade mais sustentável, tem se dado lentamente, porém já existem diversas empresas que tentam ser ecologicamente corretas, que buscam o lucro, mais “preocupam-se” com os recursos naturais e o bem estar coletivo, buscam selos e certificações que comprovem o compromisso ambiental, etc. Almeida, 2012, informa que:

[...] Algumas instituições aderem voluntariamente a iniciativas de sustentabilidade como forma de assegurar sua reputação, porém negligenciam a implantação dos compromissos assumidos. Boas práticas de governança, liderança, políticas robustas e ambiciosas, prestação de contas e transparência são pré – requisitos indispensáveis para promover uma mudança cultural real nas instituições financeiras que perseguem a sustentabilidade em seus negócios. (ALMEIDA, 2012.p.50 e 51).

Mesmo dentro de uma empresa, a mudança deve ser em todos os níveis hierárquicos e a sustentabilidade deve fazer parte da política e cultura das instituições, o Brasil vem caminhando a passos lentos, o país não possui órgãos fiscalizadores suficientes para avaliar e monitorar os princípios e diretrizes assumidos pelas empresas para beneficiar a sociedade e o meio ambiente (ALMEIDA, 2012).

Na Constituição Brasileira, no capítulo VI, §1º, inciso VI, que se refere ao meio ambiente, foi incluído a educação ambiental em todos os níveis de ensino, é uma iniciativa positiva mais não é suficiente, é necessário uma mobilização geral, para que a mudança comece a acontecer e a humanidade perceba o meio em que vive como parte integrante de suas vidas (BRASIL, 1988).

2.2 A INTERDEPENDENCIA ENTRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE

A educação ambiental e a sustentabilidade sempre estarão conectadas. Para Capra (2002):

A definição operativa de sustentabilidade exige que o primeiro passo do nosso esforço de construção de comunidades sustentáveis seja a alfabetização ecológica (ecoliteracy), ou seja, a compreensão dos princípios de organização, comuns a todos os sistemas vivos, que os ecossistemas desenvolveram para sustentar a teia da vida (CAPRA, 2005.p.238.).

Além da compreensão dos ecossistemas para desenvolver a sustentabilidade da vida é necessário compreender também as relações interpessoais do ser humano. Vasconcelos (1997), diz que:

Não há EA se a reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus semelhantes não estiver presentes em todas as práticas educativas (VASCONCELOS, 1997.p.289).

A educação ambiental e a sustentabilidade estão conectadas, formando uma única rede, dentro deste universo, a educação ambiental surge como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável. A educação ambiental é sinônimo de sustentabilidade (VASCONCELOS, 1997).

Assim como a educação ambiental está voltada para o desenvolvimento sustentável, todos os sistemas do planeta são dependentes um do outro. Com isso, Capra (2006) informa que:

Para começar, podemos dizer que uma função de todos os componentes numa teia alimentar é a de transformar outros componentes dentro da mesma teia. Assim como as plantas extraem matéria inorgânica de seu meio ambiente para produzir compostos orgânicos, e assim como esses compostos passam pelo ecossistema para servir de alimento para a produção de estruturas mais complexas, toda rede regula a si mesma por meio de múltiplos laços de realimentação (CAPRA 2006, p.173).

O sucesso do desenvolvimento sustentável do planeta está totalmente conectado a ações educativas que despertem o compromisso com a preservação da vida em todas as suas formas, para manter a biodiversidade que é um indicador de qualidade ambiental, disseminando novos hábitos e costumes na relação homem/natureza (CAPRA, 2006).

2.3 FATOS DELINEADORES DO NASCIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em 1962, a jornalista Rachel Carson, lançou o livro “Primavera Silenciosa”, livro de grande repercussão, favoreceu o crescimento dos movimentos ambientalistas. Algumas publicações afirmam que 1968 foi o ano do nascimento da Educação Ambiental, com a criação do Council for Environmental Education na Universidade de Reading, Inglaterra (CMMAD,1991).

Em 1970, os Estados Unidos aprovam a primeira Lei a respeito da Educação Ambiental. Em 1972, na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. Pela primeira vez foram discutidos os aspectos políticos, sociais e econômicos pertinentes dos problemas ambientais (CMMAD, 1991).

A Carta de Belgrado (1975) preconizou que as fundações de um programa mundial de Educação Ambiental fossem lançadas. Em 1977, a Declaração da Conferência Intergovernamental de Tblisi sobre Educação Ambiental, atentou para o fato de que, nos últimos decênios, o homem, utilizando o poder de transformar o meio ambiente, modificou rapidamente o equilíbrio da natureza (IBAMA, 1997).

Na década de 80, ocorreram dois grandes desastres industriais. A tragédia de Bhopal, em 1984, na empresa de pesticidas norte-americana Union Carbide, houve um vazamento de 40 toneladas de gases tóxicos, considerado o pior desastre industrial ocorrido até hoje. Em 26 de abril de 1986, o reator da central de Chernobyl

teve problemas técnicos e liberou uma imensa nuvem radioativa contaminando pessoas, animais e uma vasta extensão do meio ambiente (IBAMA, 1997).

Em 1987, a ONU publica o Relatório Nosso Futuro Comum, conhecido também como, “Relatório Brundtland”, é definido então o conceito de desenvolvimento sustentável. No Rio de Janeiro, acontece a ECO-92. Conferência da ONU que estabelece políticas e acordos em mudanças climáticas e biodiversidade. Nessa reunião, foram assinados a Agenda 21 e um conjunto amplo de documentos e tratados sobre biodiversidade, clima, florestas, desertificação e o acesso e uso dos recursos naturais do planeta (MMA, 2004).

A agenda 21 é o documento de referência para a implantação da Educação Ambiental e acordos de preservação do meio ambiente em todo o mundo, com o propósito de fomentar o ensino formal ou não, despertando a consciência pública em busca de soluções para os problemas socioambientais da humanidade, reinterpretando o significado do progresso, construindo novos paradigmas, contemplando a harmonia e o equilíbrio holístico entre todos (MMA, 2004).

O protocolo de Kyoto foi ratificado em 1997, ele estabelece metas de redução das emissões de gases de efeito estufa pelas nações industrializadas. (MMA, 2004).

No Brasil, neste mesmo ano surge os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto – MEC, que sugere um planejamento curricular comprometido com a cidadania, com o propósito de ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade e produza uma transformação positiva do sistema educativo, usando como ferramenta os temas transversais que permeiam os objetivos, conteúdos e orientações didáticas de todas as disciplinas. Por exemplo: ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, orientação sexual, trabalho e consumo (PCNs, 2000).

Segundo os PCNs (2000), uma das questões que levaram a inserir o meio ambiente como tema transversal foi à contribuição, que, em termos de educação, essa perspectiva pode contribuir para:

Evidenciar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da co-responsabilidade e da equidade (PCNs. 2000, p.19).

Em setembro de 2000, surgem os objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conjunto de metas para erradicar problemas como a pobreza e o acesso a

educação. Na Irlanda, em março de 2002, é introduzido o Plastax, imposto cobrado ao consumidor sobre cada saco de plástico distribuído. Johannesburgo, na África do Sul, sedia a Rio+10, em 2002, este encontro resulta em ações para viabilizar o desenvolvimento sustentável em todo o mundo (MMA, 2003).

No Brasil, o governo cria o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), em agosto de 2002, e o INPE divulga o aumento de 40% no desmatamento entre 2001 e 2002, divulgação feita em junho de 2003. Ainda em 2002, no dia 25 de junho, foi regulamentada a Lei nº9.795 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, tornando obrigatória a incorporação da dimensão ambiental nas diretrizes educacionais do País (PLANETA SUSTENTÁVEL, 2013).

Em outubro de 2003, foi fundada a Bolsa do Clima de Chicago, para vender e comprar créditos de carbono. E o clima? Continua esquentando. O IPCC, em 2007, declara que o homem é responsável pelas alterações no clima e que a temperatura na Terra deve aumentar de 1,8°C a 4°C até 2100. A ONU e o governo da Noruega inauguram, em fevereiro de 2008, a Caixa Forte Internacional de Sementes, no Ártico. O Ministério do Meio Ambiente do Brasil publica o livro vermelho das espécies ameaçadas, com 627 nomes em novembro de 2008 e em dezembro apresenta o texto final do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Em dezembro de 2009, o COP15 do Clima, em Copenhague, desaponta o mundo todo devido à falta de acordos (PLANETA SUSTENTÁVEL, 2013).

No Brasil, em dezembro de 2010, foi sancionada a Lei 12.305, sobre resíduos sólidos. No Japão, na cidade de Nagoya, em outubro de 2010, acontece a COP10 dedicada à Diversidade Biológica, foram estabelecidas as metas de preservação das espécies. De 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (PLANETA SUSTENTÁVEL, 2013).

2.4 RIO+20

No dia 13 de junho de 2012, na inauguração do Pavilhão Brasil, a Presidenta da República disse: “É possível fazer o país crescer respeitando o meio ambiente. Hoje, 20 anos depois da Rio 92, vamos dar um recomeço a esse processo.” (WWF, 2013).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e Combate a Pobreza foi concluída em uma saraivada de críticas, o resultado não provocou comentários agradáveis. A representante da Suíça, Franz Perez, declarou nas colunas do *Le Temps*, que poderia ter sido obtido um resultado mais consistente, a chefe da delegação suíça afirmou ainda que a Conferência “foi decidida em altos funcionários em sua fase preparatória.” (WWF, 2013).

Choveu críticas como a escrita no *Bund* da capital Berna que afirmou: “Apenas declarações de intenção foram aprovadas...” As consequências práticas da Rio+20 serão sentidas em poucos anos, sublinhou por sua vez o jornal de Zurique *NZZ*. Felix Gnehm, membro da delegação suíça, especialista em Desenvolvimento do WWF Suíça, lamentou a falta de progresso no Rio de Janeiro (WWF, 2013).

“O mundo político não demonstrou qualquer ambição para o futuro nestas negociações. É assustador. O planeta precisa de muito mais do que palavras é de compromisso”, declarou aos jornais *24 Heures* e a *Tribune de Genève* (WWF, 2013).

O diretor – geral do PNUMA (Programa Ambiental da ONU), Achim Steiner, defendeu veementemente o documento final da Conferência. Ele declarou que a Rio+20 não foi sobre o ambiente, mas sim sobre Desenvolvimento Sustentável, tendo como pilares o desenvolvimento social e econômico. “Quem tentar proteger o ambiente contra as forças sociais vai ficar parado.” Almeida (2012) cita que:

A agência da ONU para o meio ambiente afirma, assim como o Relatório Stern, que, no ambiente de uma Economia Verde, o crescimento econômico e a responsabilidade ambiental não são incompatíveis. E, ao contestar a crença de que investimentos ambientais vão contra o desenvolvimento econômico, traz à tona a questão da má alocação de capital por empresas e governos (ALMEIDA, 2012.p.54).

Os ambientalistas não conseguiram aceitar a idéia de ambiente dissociada de desenvolvimento sustentável, ou seja, estão intimamente ligados, incluindo também o social e o econômico e a Educação Ambiental é essencial para qualquer empreendimento (ALMEIDA, 2012).

Almeida (2012) afirma que o indivíduo contribui para a sustentabilidade relatando que:

É a partir do indivíduo que ações sustentáveis se transportam pela economia, sociedade e meio ambiente. Esse é o conceito dos 4Ps (em inglês Person, Profit, People, Planet).
Person (indivíduo): A mudança se inicia com você. O indivíduo é responsável por sua vida privada, profissional e pública.

People (pessoas): A reconexão com a vida. O entendimento da interdependência entre as pessoas e do ambiente que suporta nossas vidas
Profit (lucro): A ilusão de crescimento. O questionamento das medidas orientadas para o progresso da economia, convidando para criar prosperidade além de resultados puramente financeiros.

Planet (planeta): A inspiração de sistemas na própria natureza. A consciência de que a natureza pode servir como inspiração e ajudar a humanidade a inovar através dos ciclos de vida, sem geração de lixo ou desperdício (ALMEIDA, 2012. p.38).

Apesar do temor dos países em desenvolvimento, que consideram que o conceito esconde um protecionismo disfarçado dos países desenvolvidos a declaração sublinha que “as políticas de economia verde devem respeitar a soberania nacional de cada país e não constituir uma restrição disfarçada ao comércio local”. É necessário, que sejam tomadas posições políticas que fomentem a economia verde, ou seja, uma economia voltada para a proteção ambiental, investindo em energias renováveis, reciclagem, biocombustível, gestão de resíduos sólidos e ecoeducação. É fundamental também, que aconteça uma mudança individual, em prol da prosperidade sustentável (ALMEIDA, 2012).

Pensar no bem estar coletivo, respeitando e preservando os recursos naturais, o ser humano e suas características sociais e ambientais é pensar de maneira sustentável. No Brasil, aproximadamente 80% da população vivem em cidades, principalmente nos grandes centros urbanos. Cada vez mais a grande urbanização compromete a qualidade de vida das pessoas, a síndrome do edifício doente, apresenta fatores como à elevação da taxa de absenteísmo, ou seja, o trabalhador que falta ao trabalho e a redução na produtividade diante de sua exposição a um ambiente inadequado à ocupação. (ALMEIDA, 2012).

Essa crescente urbanização está forçando não apenas o Brasil, mas diversos países com grande urbanização a adotarem infraestruturas mais eficientes e sustentáveis, buscando fontes alternativas de energia, como o uso da cana de açúcar; smart grid para usar a energia com inteligência e eficiência; mobilidade urbana eficiente com o uso do metrô e meios de transportes menos poluentes; construção de edifícios verdes, prédios que utilizem energia renovável; energia solar, energia eólica, é possível também construir prédios com telhado verde, coberto com terra e grama. Pode absorver a água da chuva, para ser usada na lavagem ou jardinagem e também servir de abrigo para animais como pássaros e insetos, utilizar

painéis solares, criar um programa de compartilhamento de automóveis (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2014).

2.5 GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Resíduos sólidos são restos sólidos ou semi-sólidos, resultantes de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar comercial, agrícola, de serviços e de varrição. A sociedade moderna enfrenta uma grande problemática, a destinação dos resíduos sólidos gerados pelo consumo, comumente chamado de lixo, uma pessoa gera em média 800 gramas de lixo por dia. (ABRELPE, 2014).

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), em 2013 foram produzidos 64 milhões de toneladas de lixo no Brasil. A geração de resíduos sólidos é responsabilidade de cada habitante do planeta, por isso atitudes sustentáveis como: redução do consumo, o reuso e as tecnologias limpas são medidas que não esgotam os recursos naturais para o futuro. (ABRELPE, 2014).

Apesar de existir no país uma política para a construção de aterros sanitários, os depósitos de lixo ainda marcam presença em muitas regiões, possuem resíduos sólidos de atividades domésticas, hospitalares, industriais e agrícolas. A composição do lixo depende de fatores como nível educacional, poder aquisitivo, hábitos e costumes da população. Os lixões poluem o ambiente, contaminando os lençóis freáticos com o chorume, que é formado devido à decomposição do lixo, e o pior permite que seres humanos vivam em condições subumanas, expostos a doenças, e a diferenças sociais tão gritantes, devido ao descaso do poder público e privado. (ABRELPE, 2014).

O crescimento populacional das megalópoles ocorreu de forma desordenada, sem planejamento, por conta de uma política sem nenhum compromisso com a realidade da comunidade local, cresceram os índices de desemprego, surgiram movimentos populares como o MST e aumentaram também as migrações para os grandes centros urbanos, resultando em aumento da pobreza em bolsões de miséria das grandes cidades à custa de níveis crescentes de poluição e degradação. (IBGE, 2008).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tem o propósito de reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras. (PNDR, 2007).

É importante e fundamental que a administração pública colabore também cumprindo o que diz a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/10 que objetiva: a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento. Ela estabelece a responsabilidade de todos por tudo que é consumido e descartado, é a responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e população. As empresas terão de fabricar produtos, que deixem menos resíduos e que sejam mais recicláveis e praticar a logística reversa, o vai e volta (PNRS, 2010).

O consumidor está proibido de queimar o lixo a céu aberto, o descarte deve seguir a política de resíduos sólidos do município, para proteger a saúde pública e a qualidade ambiental. Falta espaço, informação e conscientização. O resíduo sólido tem um valor econômico e ambiental agregado. No gerenciamento de resíduos o objetivo é: não gerar, é minimizar, reutilizar e reciclar, utilizar também a logística reversa (PNRS, 2010).

Poluição Ambiental introdução de substâncias no meio ambiente, pode ser por ação antrópica, neste caso, previstas e controladas ou por meio natural, nesta situação é possível prever, mas impossível controlar. A poluição provoca um efeito negativo no equilíbrio natural do planeta, causando danos a saúde humana e ao ambiente. (PNRS, 2010).

2.6 ÁGUA

O planeta Terra, também conhecido como planeta água, é formado por 97,5% de água salgada, 0,3% de água doce nos rios e lagos e 0,9% outros reservatórios. O ser humano também, por sua vez, possui 70% do corpo constituído por água. A escassez e o mau uso da água doce representam sérios e crescentes problemas para o desenvolvimento sustentável e a proteção do ambiente (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2015).

O quinto maior país do mundo, o Brasil, possui uma ampla diversificação climática. Em termos pluviométricos, mais de 90% do território brasileiro recebe

abundantes chuvas. O país destaca-se no cenário mundial pela grande descarga de água doce dos seus rios, o equivalente a aproximadamente 53%. As águas utilizadas para abastecimento do consumo humano e suas atividades sócio – econômicas são captadas nos rios, lagos, represas e aquíferos subterrâneos (PNRH,1997).

O grande desafio da humanidade é o uso sustentável da água, as ações nacionais devem estar voltadas para o aproveitamento mais adequado deste recurso hídrico, mantendo a qualidade e quantidade, favorecendo sua conservação e estimulando o emprego de técnicas de tratamento e recuperação. Deve-se então, buscar políticas públicas que permitam o acesso de milhões de pessoas à água tratada. Tais como as metas estabelecidas na agenda 21, a Declaração do Milênio e a Cúpula de Johannesburgo (UNESCO, 1997).

No Brasil, 13 milhões de pessoas não têm banheiro e menos de 44% da população têm coleta de esgoto. Menos de um terço do que é recolhido é tratado. Estações de Tratamento de Efluentes não são muito comuns no país, nas maiores cidades, ainda existe esgoto sem tratamento é despejado todos os dias nos rios, lagos e mares (DNSB, 2007).

A poluição da água pode ter sua origem a partir de: efluentes domésticos; efluentes industriais; drenagem urbana e rural e despejos de resíduos sólidos. (DNSB, 2007).

A água pode ser contaminada de várias maneiras: acumulação de lixo e detritos, próximo de fontes, poços e cursos de água; por esgotos domésticos, comum no Brasil, por não existir Estações de Tratamento de Efluentes na maioria de suas cidades, o esgoto doméstico ou até mesmo hospitalar são lançados nos rios e mares; a lavagem clandestina de barcos em alto mar. Muitas vezes é possível visualizar essa poluição através de rios espumosos ou brilho oleoso à superfície das águas. A poluição pode ser química, física ou biológica (DNSB, 2007).

A água está circulando constantemente, estima-se que flutuam 12.000 bilhões de toneladas de água permanentemente na atmosfera. Todos precisam de água, é possível utilizar a água da chuva em várias atividades, construir e instalar coletores de água da chuva e armazená-la para lavar o quintal, o carro, regar as plantas, aproveitar também para limpeza e descargas sanitárias, etc.

O reúso da água é o aproveitamento de águas previamente utilizadas surge como alternativa e, importante instrumento de gestão ambiental do recurso água.

Essa reutilização pode ser decorrente de ações planejadas ou não, ocorre principalmente quando os efluentes, após, tratados são encaminhados diretamente de seu ponto de descarga até o local de reuso, não sendo descarregados no meio ambiente. É o caso com maior ocorrência, destinando-se ao uso em indústria ou em irrigação (PNMA, 81).

Aprender a utilizar a água de maneira sustentável contribui também para a diminuição dos impactos ambientais neste recurso hídrico. Nesse contexto, Guimarães (2000), afirma que:

[...] a EA tem o importante papel de fomentar a percepção da necessária integração do ser humano com o meio ambiente. Uma relação harmoniosa, consciente do equilíbrio dinâmico da natureza, possibilitando, por meio de novos conhecimentos, valores e atitudes, a inserção do educando e do educador como cidadãos no processo de transformação do atual quadro ambiental do nosso planeta (GUIMARÃES, 2000, p.15).

A educação ambiental pode vir a ser utilizada como uma ferramenta, para sensibilizar a população a utilizar os recursos naturais de forma mais responsável e consciente (GUIMARÃES, 2000).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, localizado na Av. Luiz Tarquínio Pontes, 938 - Aracuí 42700-000 - Lauro de Freitas – BA.



Figura 1. Fachada do SENAI/foto da página da web.

3.2 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O desenvolvimento do projeto se deu através da construção de salas verdes. Espaço onde realizamos palestras de sensibilização e informações sobre temas ambientais, conscientizando os diversos atores sociais para o desenvolvimento ambientalmente sustentável seguindo as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente- PNMA.

Em Salvador existem duas Salas Verdes apoiadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Uma está no Jardim Zoológico e a outra se encontra no Instituto de

Biologia da Universidade Federal da Bahia. No início do desenvolvimento dos trabalhos foram feitas duas visitas na Sala Verde da UFBA com o objetivo de captar informações a respeito do funcionamento e dos projetos implementados.

Todo o projeto foi desenvolvido com estudantes de cursos técnicos em: meio ambiente, mecânica, informática, laboratorista e bombeiro civil do SENAI, Lauro de Freitas contemplando os três turnos de aulas, no período de maio a junho.

A instituição disponibilizou um espaço para a implementação da sala verde onde foram realizadas aplicações de questionários, atividades lúdicas, debates e a construção de oficinas: árvore dos sonhos, muro das lamentações, colcha de retalhos, oficinas temáticas (seguindo as diretrizes da agenda 21) e as redes de cooperação. Uma das atividades de sensibilização foi a leitura da Carta do Chefe Seattle, segue um trecho:

De uma coisa sabemos. A terra não pertence ao homem: é o homem que pertence à terra. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo quanto agride a terra agride os filhos da terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará (SEATTLE, 1885).

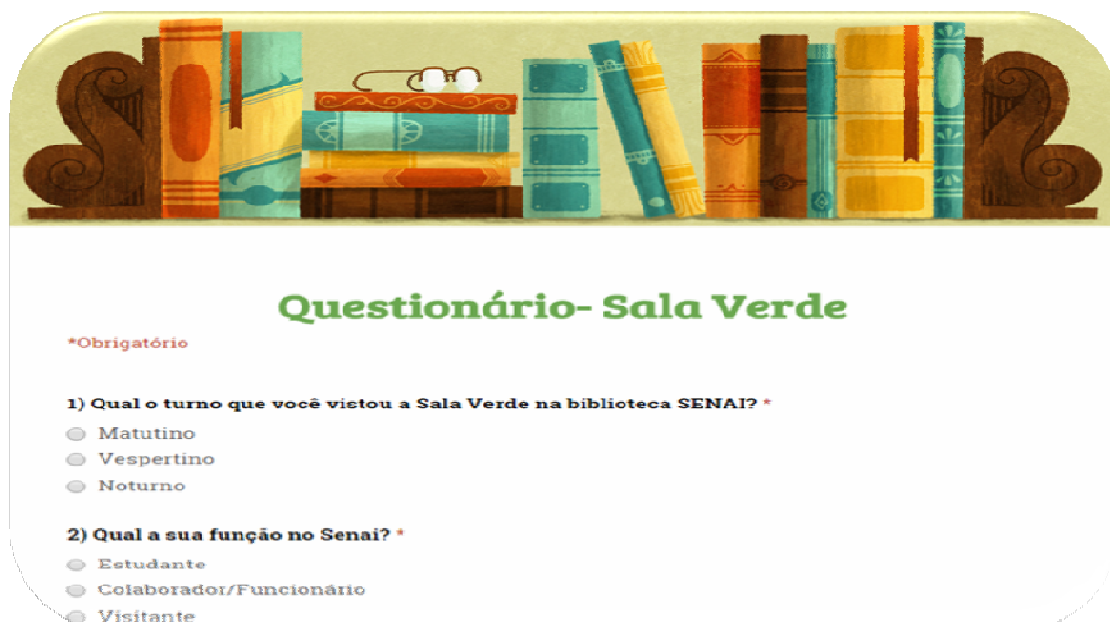
As oficinas podem ser adaptadas e programadas segundo a necessidade e demanda de cada público. Foi realizado um diagnóstico e um planejamento participativo seguindo as seguintes etapas básicas: árvore dos sonhos (os participantes das salas verdes construíram uma árvore onde apresentaram seus sonhos de ambiente ideal); muro das lamentações (nesta etapa os participantes apresentaram todas as suas queixas e descontentamentos); colcha de retalhos (nesta etapa os participantes construíram a história do ambiente em que estão inseridos); Oficinas temáticas (nestas oficinas foram desenvolvidas e proferidas palestras socioambientais); Construção de uma rede de cooperação (multiplicar e trocar informações, por meio de eventos e atividades integradoras), utilizando principalmente as redes sociais.

O material analisado para o levantamento de dados e informações foram as próprias atividades das oficinas e o resultado de um questionário, que foi aplicado logo após a participação da comunidade SENAI, nas palestras e oficinas. As perguntas foram simples e objetivas sobre sustentabilidade, educação ambiental e

sala verde, temas pertinentes com as questões socioambientais e educacionais, voltados para construção de sociedades democráticas e sustentáveis.

Esse questionário perguntou aos participantes questões simples a respeito de educação ambiental e sustentabilidade, no início e no final do projeto. O questionário foi desenvolvido através das ferramentas do Google forms, para criar e Google drive para gerenciar e acompanhar os resultados,(figura 2). As perguntas foram respondidas on line e em seguida os dados foram transformados em representações gráficas.

Após a comparação e análise das respostas foi feito uma representação gráfica da evolução da consciência ambiental dos participantes.



The image shows a screenshot of an online questionnaire titled "Questionário- Sala Verde". The header features a decorative banner with books and a pair of glasses. Below the banner, the title "Questionário- Sala Verde" is displayed in green. A red asterisk indicates that the questionnaire is mandatory. The first question asks for the time of day the participant visited the Sala Verde at SENAI, with options: Matutino, Vespertino, and Noturno. The second question asks for the participant's function at SENAI, with options: Estudante, Colaborador/Funcionário, and Visitante.

Questionário- Sala Verde

***Obrigatório**

1) Qual o turno que você visitou a Sala Verde na biblioteca SENAI? *

- Matutino
- Vespertino
- Noturno

2) Qual a sua função no Senai? *

- Estudante
- Colaborador/Funcionário
- Visitante

Figura 2. Modelo do questionário on line

A pesquisa foi realizada na sala verde, dentro da biblioteca do SENAI, local democrático e que contempla a todos os freqüentadores deste universo educacional. A maior parte das participações foi dos estudantes, que visitavam a biblioteca ou foram conduzidos por seus professores.

4 RESULTADOS

As figuras a seguir apresentam a participação dos colaboradores e estudantes do SENAI nas oficinas realizadas.

A primeira oficina desenvolvida foi o Muro das Lamentações. Nesta atividade os colaboradores e estudantes escrevem ou representam com imagens as suas queixas e descontentamentos. Abaixo seguem duas imagens desta oficina.



Figura 3. Participação dos estudantes e colaboradores

O Muro foi feito com cartolina, lápis cera e canetas coloridas e faz uma alusão ao Muro das Lamentações situado em Jerusalém. Como mostra a figura abaixo:

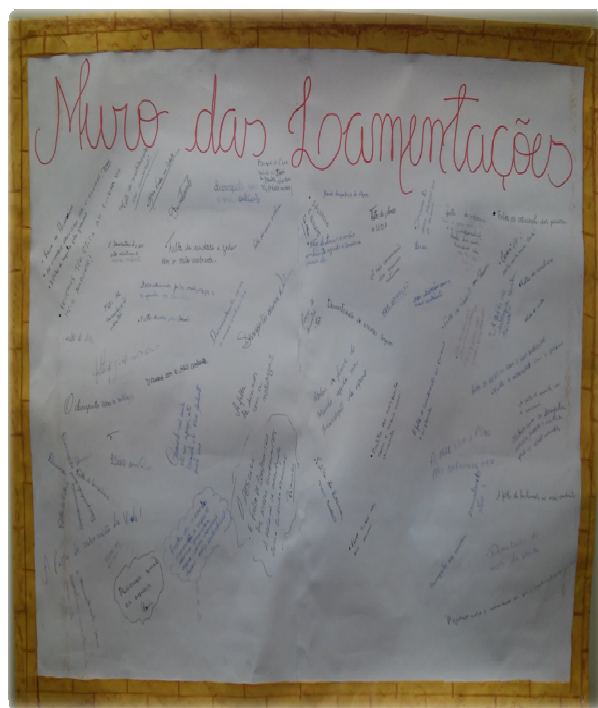


Figura 4. Muro das Lamentações

Na oficina árvore dos sonhos, cada participante expressou seu ponto de vista pessoal, do que seria um ambiente ideal, considerando os diversos aspectos sociais, ambientais, culturais e educacionais.

A árvore foi construída pelos estudantes, com materiais inservíveis da própria instituição: pés de cadeira de escritório e tubo de PVC. Os papéis metro e cartolina foram doados pelo SENAI. Segue a imagem da árvore:



Figura 5. Árvore dos sonhos

Nos dias de funcionamento da Sala Verde, a Biblioteca teve um aumento no número de freqüentadores, houve uma motivação e grande participação dos estudantes.



Figura 6. Biblioteca do SENAI

Foram realizadas também oficinas de reaproveitamento de caixotes de frutas para a construção de estantes, onde foram expostos os livros e periódicos que tratam de temas socioambientais e ecológicos. Foram feitos pufs com garrafas pet, houve uma campanha de coleta e a construção dos pufs ficou sob a responsabilidade dos estudantes do curso de técnico em meio ambiente. Segue imagem:



Figura 7. Sala Verde

A frequência na sala verde foi entre os turnos matutinos e vespertinos. Veja o gráfico 1.

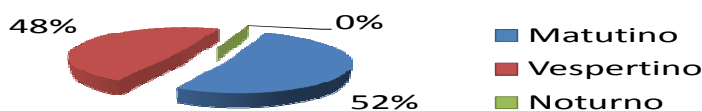


Gráfico 1. Frequência

Apesar de o convite ter sido divulgado para todo o SENAI/Lauro de Freitas, contemplado docentes, discentes, colaboradores e comunidade, noventa e dois por cento do público foram formados por estudantes. Como mostra o gráfico 2.

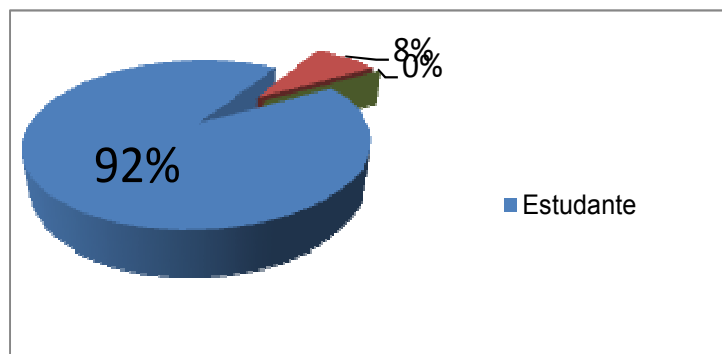


Gráfico 2 público.

A faixa etária daqueles que tiveram acesso à sala verde, sessenta e sete por cento estava entre os dez e vinte anos. Observe o gráfico 3.

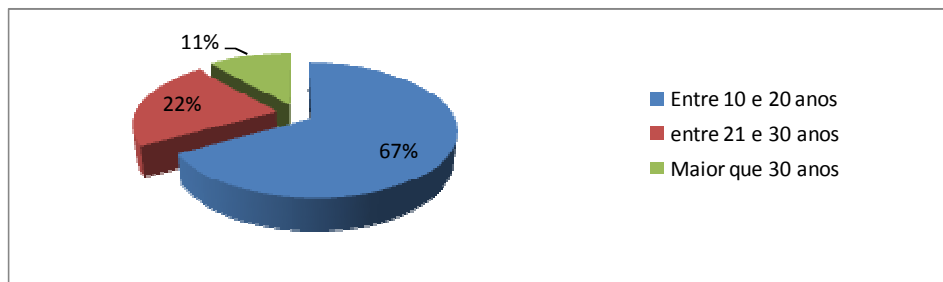


Gráfico 3. Faixa etária

Dos cem entrevistados, setenta e oito por cento não conheciam a Sala Verde.

Para a grande maioria, a educação ambiental e a sustentabilidade são consideradas muito importantes. Observe o gráfico 4.

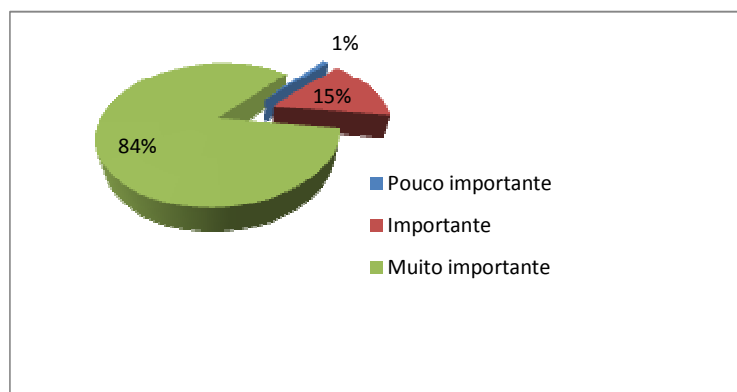


Gráfico 4. Importância da EA e da Sustentabilidade

A participação nas oficinas verdes do futuro foi realizada com sucesso de público. Os envolvidos interagiram e trocaram informações sobre as questões socioambientais, democracia e atitudes sustentáveis.

5. DISCUSSÃO

Durante o trabalho de pesquisa de campo para conhecer as Salas Verdes de Salvador, houve grande dificuldade de comunicação com os coordenadores, não foi possível obter informações sobre o funcionamento e projetos existentes. A Sala Verde foi o meio utilizado para fomentar a Educação Socioambiental e a Sustentabilidade segundo as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental/PNEA e da Rio Eco92.

As oficinas desenvolvidas com a comunidade SENAI, foram baseadas na Agenda 21, isso não significa dizer que trata-se da melhor metodologia, existem algumas questões que necessitam serem revistas. Segundo Leroy, (2010):

..., a Agenda 21 inova quando reconhece a responsabilidade das nações industrializadas na crise ambiental e, por isso, trata da produção e consumo. Mas seu questionamento dos valores que sustentam o padrão de consumo vigente parece-nos retórico frente às metas que sugere; isto é, propõe uma relativa redução de consumo de matéria e energia, e não uma mudança do tipo de consumo. (LEROY, 2010.p.105).

Acredita-se que seja possível sim construir e promover conhecimento utilizando as diretrizes da Agenda, principalmente se levarmos em consideração a falta de recursos financeiros, é possível implementar ações a custo zero.

Uma das formas que mais motivou os participantes foram as oficinas, pois promoveu de forma participativa e democrática, o acesso à informação. Ao entrar na Sala Verde já começa o encantamento, todos os móveis foram produzidos com material reciclado, dentre eles: caixotes de frutas e legumes (para a fabricação das estantes), pufs de garrafas pet, a construção da árvore foi feita com os materiais inservíveis do SENAI, todo esse material audiovisual, de imediato despertou a curiosidade de todos.

Este processo provocou uma percepção do ambiente de uma forma mais amplificada e um dos maiores problemas citados na oficina Muro das Lamentações foram a violência e mobilidade urbana. Com relação a violência urbana Capra afirma o seguinte:

Na desesperada tentativa de escapar da miséria absoluta, indivíduos e grupos vitimados pela exclusão social tornam-se presas fáceis e são recrutados pelas organizações criminosas, que se estabelecem em muitos bairros pobres e

tornam-se uma força social e cultural significativa em muitas partes do mundo. (CAPRA, 2005.p.160).

A partir desta realidade, os conteúdos foram estendidos além dos muros do SENAI, os participantes formaram grupos em redes sociais e buscam soluções para minimizar as adversidades, por exemplo: carona coletiva, situação do trânsito, eventos voltados para área ambiental e cultural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental humaniza e transforma positivamente o ser, tornando-o então, ecologicamente mais consciente e reflexivo, ela traz mudanças de atitude, impactando diretamente em aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade.

Construir uma sociedade sustentável depende necessariamente que ocorra uma mudança de hábitos nocivos no estilo de vida das pessoas, a quebra de paradigmas é fundamental. É preciso desconstruir antigos conceitos para poder reconstruir uma sociedade dotada de consciência crítica, capaz de tomar decisões individuais e coletivas a favor do meio ambiente, assegurando então a perpetuação da vida no globo terrestre.

A responsabilidade é de todos, do poder público, do setor empresarial, dos educadores, de cada profissional, em fim, da população, desenvolvendo o apreço e a valorização da diversidade natural, compreender também que os problemas sociais interferem na qualidade de vida local e/ou globalmente facilita para que cada indivíduo adote hábitos positivos em prol do bem estar coletivo assim, tudo ficará melhor.

É perfeitamente possível crescer preservando a natureza, contudo, a mobilização deve estar presente em diversos setores da sociedade como: escolas, igrejas, associações de bairros, setor empresarial, setor industrial e família. Na diminuição da geração de resíduos, adotando medidas como redução do consumo, reutilização e reciclagem cada pessoa estará contribuindo de maneira justa e positiva para garantir a qualidade de vida das futuras gerações.

Existe um grande paradoxo ambiental a respeito da insustentabilidade da sustentabilidade, principalmente quando relacionado a linhas de produção, consumo, crescimento econômico e interesses políticos. Entretanto a evolução faz parte da natureza humana, e as mudanças de comportamentos individuais e sociais acontecem de acordo com as necessidades, inovações culturais e tecnológicas da sociedade, bem como cuidado e zelo pelo ambiente contribuirá para a preservação da saúde, o bem-estar e a qualidade de vida desta e das futuras gerações.

Os docentes, discentes e colaboradores tiveram acesso e oportunidade de repensar seu ambiente, contribuindo dessa forma para a superação do grande

desafio da educação ambiental através da conscientização social para o desenvolvimento sustentável.

Educação ambiental não se faz sozinho, além de ser autodocente é coletivo e solidário. Este trabalho de Monografia apresentou a implementação da Sala Verde na biblioteca SENAI - Lauro de Freitas e utilizou as diretrizes da Agenda 21 de uma forma inovadora. Promovendo o fomento à educação ambiental, tentativa de levar a informação de forma democrática, minimizando a apartação social que está diretamente conectada com a apartação ambiental. Uma tarefa desafiadora, porque diversos conhecimentos e competências voltados para o meio ambiente ainda é novidade no estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **Desenvolvimento Sustentável**, 2012-2050: visão, rumos e contradições. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. P.38, 50, 51 e 54.

AGENDA 21 BRASILEIRA: ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2ª Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

AGENDA AMBIENTAL: a administração pública. Brasília: MMA/DS/PNEA, 2001.

BRASIL, **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 1999.

CARTA DA TERRA BRASIL. Disponível em <[HTTP://WWW.cartadaterrabrasil.org/prt/tex.html](http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/tex.html)>, acesso em 27 de abril de 2014.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2006. p.173.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2005. p. 238 - 160.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2ª Ed. Tradução de Our common future. 1ª Ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao>. Acesso em: 24/08/2015.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão da Educação Ambiental na Educação**. Rio de Janeiro: Papiros, 2000. p.15.

LEROY, Jean Pierre. **Territórios do Futuro**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 29 – 108 - 105.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Disponível em <<http://www.mi.gov.br>> política-nacional-de-desenvolvimento-regional, acesso em 23/10/2015.

Programa Nacional de Educação Ambiental. Diretoria de Educação Ambiental/MMA. Brasília, 2003.

PLANETA SUSTENTÁVEL. Disponível em <<http://www.planetasustentavel.com.br>>, acesso em 24/10/2015.

PLANETA ÁGUA. Disponível em <http://www.portalsaofrancisco.com.br>, acesso em 27/09/2015.

RIO + 20. Disponível em <<http://www.rio20.gov.br/documentos/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20>>, acesso em 04/07/2015.

SALA VERDE. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/porte/sdi/ea/salaverde/index.htm>>, acesso em 07 de setembro de 2015.

UNESCO. **As grandes orientações de Tibilisi.** Brasília: Unesco: Ibama, 1997.

VASCONCELLOS, H. S. R. 1997. **A Pesquisa-Ação em Projetos de Educação Ambiental.** In: Pedrini, A. G. (Org.), Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. Editora Vozes. Petrópolis. p. 289.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Questionário

Pesquisa para a Monografia da Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – EaD UTFPR, através do questionário, objetivando compreender a essência da sustentabilidade através da educação ambiental.

Local da Entrevista: SENAI/Lauro de Freitas Data: 12 de junho de 2015

1) Qual o turno que você estuda?

Matutino Vespertino Noturno

2) Qual a sua faixa etária?

Entre 15 e 20 anos entre 21 e 30 anos Maior que 30 anos

3) Você conhecia uma sala verde?

sim não

4) Qual o grau de importância da educação ambiental pra você?

Pouco importante importante Muito importante

Qual o grau de importância da sustentabilidade para o planeta?

Pouco importante importante Muito importante